



MUITO ALÉM DE DECOTELLI

Professores da UFRJ debatem a falta de valores éticos na gestão Bolsonaro e mostram que erros do ex-ministro se estendem por todo o governo

Página 4

ESCOLHER FEDER VAI MUITO ALÉM DO TROCADILHO

Página 3

FERNANDO SOUZA



RAZÃO E SENSIBILIDADE

Ensaio Fotográfico revela a luta dos profissionais do Hospital Universitário para salvar vidas e vencer o coronavírus. Entre março e julho, 399 pessoas foram internadas com suspeita de Covid-19 no HU, 42 seguem internadas, 239 receberam alta e 118 faleceram Página 9

EDITORIAL

QUE FEDER SEJA NOTÍCIA VELHA NO PRÓXIMO JORNAL

DIRETORIA

Na semana passada, havíamos identificado com rapidez que o então nomeado ministro da Educação havia sido reprovado em sua tese de doutorado. Isso não o impede de exercer o cargo. O ministro não precisa ter nem nível superior, o problema não é a ausência do título, mas a desfaçatez do gesto que parece ser estruturante nesse governo. Um governo essencialmente mentiroso e farsante, isso precisa ser exaustivamente denunciado. A conta que Decotelli pagou foi alta demais e chegou muito rápido na sua mesa, passando à frente de ministros bem mais antigos no cargo. Isso sem contar o vexame da FGV, que também correu rápido demais para se afastar do caso e acabou engolida por ele também.

Erraram na dose, e acabaram entrando na foto lamentável de nosso racismo estrutural. Resta saber quanto tempo esse novo nome ficará no ar: Renato Feder, o homem que dedica seu único livro ao dinheiro. Não pode funcionar. Esperemos que durante a semana isso tudo acirre a divisão interna do governo, desgaste ainda mais a sua credibilidade, e principalmente, que nos ajude a desorganizar e a atrasar as ações mais nefastas que pretendem implantar. Tomara que seu nome seja notícia velha na próxima edição do nosso jornal. O que nos pareceu muito evidente é que a melhor saída seria mesmo não ter ministro, as coisas vão melhor sem eles. Aliás, o país estaria melhor também se não houvesse presidente, origem de nossos males maiores.

Mas enquanto no Planalto os homens exercem seus podres poderes, travamos a luta verdadeira

**A conta que Decotelli**

pagou foi alta demais e chegou muito rápido na sua mesa, passando à frente de ministros bem mais antigos no cargo.

Erraram na dose, e acabaram

entrando na foto lamentável de nosso racismo estrutural. Resta saber quanto tempo esse novo nome ficará no ar: Renato Feder, o homem que dedica seu único livro ao dinheiro.

nos corredores do HUCFF. Cada dia, cada vida, tudo importa demais. É isso que nos move e faz vivos e fortes. Derrotaremos quantos mais vierem. Mesmo que esteja muito difícil para todos nós. A última sessão do Consuni, convocada a pedido do movimento estudantil não poderia ser mais simbólica para a UFRJ. Completamos nesse dia exatamente um ano da posse da primeira reitora dessa instituição centenária. E em pauta uma resolução que ninguém gostou, mas que sabemos ser necessária. Começamos a abrir uma estrada que transformará de forma irreversível as práticas institucionais.

Estamos diante de algo que não conhecemos nem desejamos. De nossa parte, construiremos todos os instrumentos que estejam ao nosso alcance para que os princípios que norteiam a universidade sejam reafirmados durante este quadro especial da pandemia: a democratização do acesso, a qualidade do ensino, a garantia das decisões colegiadas. E, principalmente, que sejam preservados e resguardados nossos direitos e nossa saúde, física e mental. Há muito trabalho pela frente.

IMAGEM DA SEMANA

ENTREGADORES DE APLICATIVOS REALIZAM PARALISAÇÃO HISTÓRICA EM MEIO À PANDEMIA

■ No dia 1º de julho, entregadores de aplicativos protagonizaram uma paralisação que desafiou as novas relações trabalhistas. Plataformas digitais que tratam os ciclistas e motoqueiros como “colaboradores” foram confrontados com reivindicações como melhor remuneração pelas entregas e mais segurança. Manifestações encheram as ruas de várias capitais. Nas redes sociais, a adesão ao movimento também foi grande: a hashtag #BrequeDosApps chegou ao segundo lugar no ranking dos assuntos mais comentados do Twitter no Brasil.



ROBERTO PARIZOTTI/FOTOS PUBLICAS

FEDER TENTA EMPLACAR MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

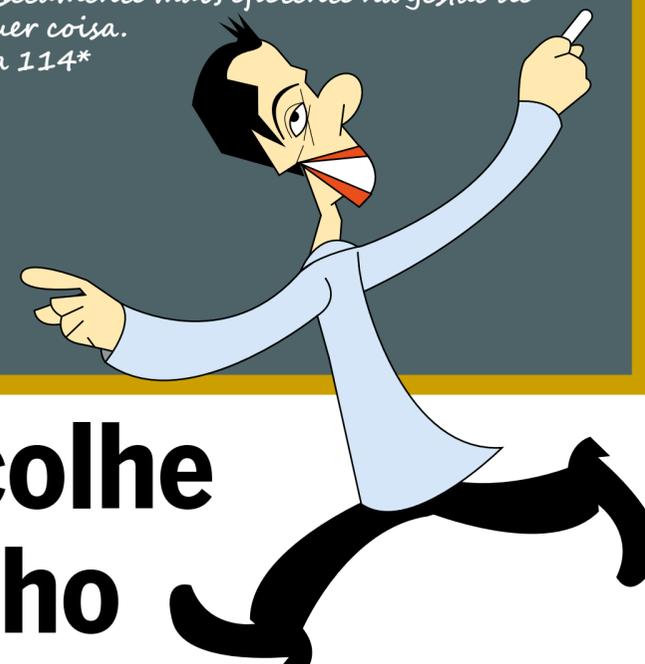
Bolsonaro quer Renato Feder no MEC. Autor de uma obra só, ele dedica seu único livro, Carregando o Elefante, da editora Hemus, ao dinheiro e a um compêndio de falsos lugares-comuns contra o serviço público e as universidades

“Este livro é dedicado ao dinheiro, não pelos bens materiais que se pode comprar com ele mas, sim, enquanto embaixador da produção, do valor e da troca justa. O sistema baseado no dinheiro certamente tem problemas. Não são poucos. Mas ele é o melhor já concebido pelo homem e foi o que mais contribuiu para nos tirar do mundo dominado pela fome, guerra e doença. Ao dinheiro, símbolo da criatividade humana e da vontade de homens e mulheres de melhorar de vida”
Página 9*

“Assim como é melhor que uma empresa privada frite hambúrgueres do que o governo, o mesmo ocorre no caso de uma escola”.
Página 114*

As razões para privatizarem-se escolas e universidades são basicamente as mesmas já expostas: a iniciativa privada é intrinsecamente mais eficiente na gestão de qualquer coisa.
Página 114*

*Frases do livro ‘Carregando o Elefante’, autoria de Renato Feder

**Bolsonaro escolhe o pior trocadilho**

> Empresário do setor de softwares, Renato Feder pode aprofundar a crise da educação em todo o país. Evangélicos e olavistas pressionaram contra nomeação

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Renato Feder tenta emplacar no Ministério da Educação. Mais que um trocadilho de mau gosto, seu nome revela a intenção do governo com a educação do país. Trata-se de um nome que atende ao centrão, uma nova concessão de Bolsonaro. Indicado pelo empreiteiro Meyer Nigri, articulador da campanha bolsonarista em São Paulo, Feder já havia sido cotado há duas semanas, mas perdeu a disputa para Carlos Decotelli. Com a desmoralização do nome técnico, o governo federal opta pelo pior quadro possível no campo conservador. Mas encontra fortes resistências entre evangélicos, militares e olavistas.

Ex-secretário de Educação do Paraná, Feder representa o pensamento privatista mais primitivo. No estado, já se posicionou contra a estabilidade dos servidores públicos e favorável ao voucher na educação. “O

prognóstico é horrível”, lamenta a professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Silvana Souza. Diretora da Aduñoeste, associação local dos professores, ela elenca os “feitos” de Feder para a educação no estado. “Ele desconstruiu a carreira dos trabalhadores da educação básica, tirou direitos, reduziu pessoal, reduziu turmas e aumentou o número de alunos por turma”.

A eficiência parece não ser seu forte. Feder é responsável por deixar alunos de 165 municípios paranaenses sem aulas. Conforme apurou reportagem do site The Intercept, ele contratou, com dispensa de licitação, uma rede de TV afiliada da Record para transmissão de vídeo-aulas para estudantes da rede estadual de ensino durante a pandemia. Mas a empresa não possui sinal de transmissão em praticamente metade do estado, onde vivem mais de dois milhões de pessoas, cerca de um quinto da população do Paraná.

Como ministro, a professora Silvana acredita que ele atuará fortemente na área de tecnolo-



gias para a educação e ensino a distância. “Ele tem interesse financeiro direto em softwares e educação a distância, já que é um empresário do setor”, opina. “Quer abocanhar os recursos, mas não discute a lógica da educação, os processos educacionais, a qualidade, a formação, a carreira”, critica a docente.

O diretor da AdUFRJ, professor Josué Medeiros, concorda com a avaliação de Silvana. “Os grandes filões que os empresários devem atacar com força serão a educação básica e o ensino a distância. É onde se pode ganhar muito com o volume de

recursos movimentados”, acredita. Para ele, as universidades correm mais risco de sofrer com nova redução orçamentária, além de receberem incentivos para a criação de fundações que busquem financiamentos próprios, seguindo o modelo das universidades estaduais de São Paulo.

As articulações com o Congresso Nacional também podem ser facilitadas por Feder, já que muitos parlamentares – mesmo os que atuavam contra a gestão Weintraub – olham com simpatia para políticas que aliam os setores público e privado. “Um termômetro serão os parlamentares que compõem a Comissão de Acompanhamento do Ministério da Educação”, indica Josué Medeiros. A comissão foi criada na Câmara dos Deputados e avaliou os passos do MEC durante todo o ano passado. Este ano, os trabalhos ainda não foram iniciados por conta da pandemia. “Feder pode desfazer o consenso atual no Congresso e, por consequência, desmontar a comissão”.

No setor privado, o empresário também não tem boa fama. A empresa Multilaser, de Feder, foi denunciada pelos Ministérios Públicos do Rio de Janeiro e de São Paulo por sonegar R\$ 22 milhões em ICMS para os dois estados. As quantias foram cobradas dos clientes, mas não foram repassadas aos cofres públicos. A denúncia foi apresentada em 2017. Ele e seu sócio, Alexandre Ostrowiecki, são nominalmente citados na ação que continua em tramitação na Justiça. O sócio, aliás, em entrevista à revista Isto é Dinheiro, em 2018, afirmou o seguinte sobre Feder: “Se eu estivesse sozinho, a Multilaser, provavelmente, ainda seria pequena. Mas se o Renato fosse o único no comando, talvez ela tivesse quebrado no primeiro ano”.

Com 42 anos de idade, Feder é formado em administração pela Fundação Getúlio Vargas e tem mestrado em economia pela USP. Seu Currículo Lattes não é atualizado desde 2002. Foi um dos principais apoiadores financeiros da campanha de Dória, em São Paulo, um dos motivos para a resistência da ala olavista.

Dez dias que valerem mais do que um ano

> Sem titular durante mais de uma semana e sem política para a educação há mais de um ano, MEC apresenta propostas feitas pela equipe interina. Uma delas é a distribuição de 400 mil chips

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Nos dez primeiros dias em que o Brasil ficou sem ministro da Educação, a equipe interina do MEC fez mais pela área do que os titulares ao longo de um ano e meio de governo Bolsonaro, especialmente muito mais do que em toda a gestão Weintraub. No dia 1º de julho, o MEC anunciou algumas medidas para permitir o retorno das aulas remotas e, num segundo momento, presenciais nas universidades e institutos. Uma dessas medidas é a disponibilização de internet gratuita para alunos em situação de vulnerabilidade econômica, para que possam acompanhar atividades virtuais. O MEC espera alcançar 400 mil alunos num primeiro momento, mas estima que mais de 900 mil precisariam do item. Em torno de 40% desses estudantes estariam concentrados na região Nordeste. A distribuição dos chips deve começar no dia 20 de julho. A iniciativa é uma parceria do MEC e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os alunos serão selecionados em camadas prioritárias, de acordo com a renda familiar per capita, mas sempre dentro do chamado perfil PNAES, ou seja, com renda de até um salário mínimo e meio por pessoa da família. Levantamento feito pelo ministério junto às instituições federais de ensino indica que 400 mil estudantes em todo o Brasil têm renda familiar per capita de até meio salário mínimo; 315 mil têm renda entre



ARTE SOBRE FOTOS

meio e um salário mínimo; cerca de 200 mil alunos têm renda familiar per capita entre um e um salário mínimo e meio. "Inicialmente atenderemos 400 mil estudantes, mas, dependendo do valor que conseguirmos na licitação, poderemos estender aos demais grupos, sempre tendo como prioridade aqueles mais vulneráveis", explicou, em coletiva de imprensa, Antônio Paulo Vogel, secretário-executivo do MEC.

Os números do ministério, porém, podem estar abaixo do real. O levantamento citado

pelo MEC indica que menos da metade dos alunos de perfil PNAES seria beneficiada na UFRJ. O vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha, contou que a universidade está mais adiantada no processo licitatório para a compra de chips para os estudantes. Por isso, o processo vai continuar. "Queremos atender aos nossos alunos da melhor forma possível. Nossa licitação vai atender a 11 mil estudantes. A planilha que recebemos do MEC indica que apenas cinco mil alunos seriam beneficiados", disse.

A administração central ainda tem outras dúvidas em relação à licitação do MEC. Não é possível afirmar, por exemplo, como será realizada a distribuição dos chips, nem quando a universidade receberia os itens. Também não há informações ainda sobre o pacote de dados que será disponibilizado para cada estudante. "Estamos calculando 50GB de dados, que é uma carga incomum, mas que acreditamos ser o mais adequado para que os estudantes não tenham limitações de acesso e utilização da internet", esclare-

ceu o vice-reitor.

A UFRJ pretende consultar o MEC para saber se é possível que haja um reembolso das verbas de assistência estudantil utilizada para a compra dos chips ou se haveria outras possibilidades de troca de valor por outros serviços ou equipamentos para os alunos. Está na lista de prioridades da universidade a compra de equipamentos como tablets ou chromebooks para cerca de cinco mil estudantes que responderam não ter computadores em casa no levantamento realizado pela reitoria.

VOLTA ÀS AULAS COM PROTOCOLO DE BIOSSEGURANÇA

O MEC também divulgou um protocolo de biossegurança com recomendações para o retorno das aulas presenciais. O documento tem 21 páginas e reúne um conjunto de diretrizes com medidas protetivas individuais e coletivas para as instituições de ensino, seguindo o preconizado pela Organização Mundial da Saúde. "Visa minimizar riscos e garantir a máxima segurança necessária para alunos, professores, técnicos e todos os envolvidos no ambiente escolar", esclareceu o secretário de Educação Superior do MEC, Wagner Vilas Boas. O ministério não precisou de

data de retorno das aulas. Antônio Paulo Vogel afirmou que a decisão cabe às instituições de ensino, de acordo com a realidade de cada uma e o cenário epidemiológico de cada região onde estão localizadas. Assina o documento um grupo de trabalho multidisciplinar, composto por técnicos do próprio MEC, entre os quais dois médicos, um biólogo, uma sanitarista e uma biomédica, além de alguns professores de universidades federais.

Entre as principais orientações, o MEC sugere que as instituições garantam a distância de 1,5 metro entre pessoas e alunos

em salas de aula; a aferição da temperatura corporal; disponibilização de termômetros e álcool 70º em todas as unidades administrativas e de ensino; limpeza periódica dos locais. Toda a comunidade acadêmica deve utilizar máscara em todos os espaços. Para laboratórios, as medidas são mais rígidas, com uso obrigatório de máscara, jaleco e touca descartável que cubra todo o cabelo e orelha; não manusear celulares e bolsas; manter os ambientes ventilados; manter distância mínima de 1,5 metro entre as pessoas. Outras medidas adicionais são: manter

tapete com hipoclorito (água sanitária) na entrada do laboratório; aferir a temperatura antes de acessar o local; limpar e desinfetar do ambiente a cada duas horas. O MEC também recomenda que estudantes, professores e técnicos que pertencem ao grupo de risco devem permanecer em casa, mesmo após a retomada das atividades presenciais. E que eles só retornem ao ambiente universitário quando acabar completamente o risco da pandemia. As instituições devem oferecer condições para que os estudantes do grupo de risco tenham acesso à reposi-

ção de aulas após a pandemia.

ENEM 2020

O MEC também realizou uma pesquisa junto aos candidatos ao Enem 2020 para saber qual data seria mais adequada para a aplicação dos exames presenciais. Mais de um milhão de pessoas responderam à enquete. Metade escolheu maio de 2021. Agora, segundo Vogel, o ministério vai se reunir com os demais atores envolvidos na organização da prova para bater o martelo sobre as datas. O anúncio deve ser realizado em até três semanas, de acordo com o MEC.

Colapso da ética rege governo

> Professores mostram que caso Decotelli não é exceção na gestão Bolsonaro

LUCAS ABREU
lucas@adufjr.org.br

A indicação de Carlos Alberto Decotelli para o Ministério da Educação evidenciou mais uma vez a falta de preparo do governo. Seu currículo o classificava como um quadro técnico, o primeiro a assumir o MEC sob Bolsonaro. Sob a luz do escrutínio público, ficou provada a farsa acadêmica do nomeado, que não tinha título de doutor (sua tese foi reprovada pela banca, conforme apuro com exclusividade o **Jornal da AdUFRJ**), seu pós-doutorado não tinha validade e sua dissertação de mestrado tem trechos plagiados. A história terminou com a renúncia de Decotelli a um cargo que não chegou a assumir.

A promessa de Bolsonaro, de que teria uma equipe técnica, não se cumpriu. Damares Alves, Ricardo Salles e Ernesto Araújo são alguns dos ministros escolhidos por afinidade ideológica.

No MEC, a escolha foi ideológica desde o começo, com Ricardo Vélez e Abraham Weintraub que paralisaram a pasta e a utilizaram para atacar as universidades.

Com o episódio Decotelli, o governo erra pela terceira vez e expõe a farsa em que se ampara – a de que foi eleito para "acabar com tudo isso daí". Professor de Filosofia do IFCS, Carlos Frederico Saturnino Braga destaca que o agente público tem reponsabilidade por zelar pela ética. "Uma violação tão flagrante tem um efeito negativo na sociedade. Uma sociedade descrente tende a multiplicar as injustiças", avalia.

"Mentir no currículo é uma transgressão de uma norma, no sentido de uma ética profissional", seguiu o professor. O docente afirmou que este tipo de infração é ainda pior vinda de um professor, pois está além de uma simples quebra de conduta. "Colide com a ideia do que é correto e adequado. É um mau exemplo", conclui.

O cargo acrescenta mais responsabilidade. É o que acredita o professor Fernando Santoro,

também do IFCS. "O ministro da Educação tem que zelar pela idoneidade das universidades, pelo funcionamento dos sistemas de avaliação que se baseiam em programas oficiais de currículos acadêmicos, como o Lattes", resume.

Santoro prefere não fazer um juízo ético no caso específico do ex-futuro ministro, mas observa que a falta de especialistas é um sintoma do governo Bolso-

naro. "Não tem um quadro ou um especialista da saúde para cuidar da saúde, não tem um especialista ou ativista em direitos humanos para lidar com direitos humanos, nem um notório protetor do meio ambiente para cuidar da natureza. Os ministros são convidados por razões ideológicas e não suprem competências técnicas de Estado", analisa.

Para ele, chama a atenção que a discussão sobre o ministro, que foi declaradamente escolhido por critérios técnicos, seja sobre sua capacidade expressa pelo currículo. "Não vou entrar na intencionalidade, se foi fraudado ou não, mas pelo que se viu era um currículo que não correspondia, na sua expressão, à formação técnica efetiva de quem declarava ter aquele currículo".

Decotelli não foi o único do primeiro escalão a ter falsidades apontadas na formação. Ricardo Salles dizia ter mestrado em Yale sem nunca ter estudado lá, e Damares Alves tinha "mestrados bíblicos". "Minha questão não é apontar mais um caso de

fraude, nem dar valor a títulos. Agora, um ministro da Educação não é alguém que possa dar um mau exemplo de engano num instrumento público", defende o professor. "Por outro lado, é sintomático que se queira ostentar apressadamente o título de doutor. A sociedade está mais atenta aos títulos acadêmicos do que à vida social e profissional efetiva".

PERSPECTIVA LEGAL

O debate sobre as informações falsas no currículo de Decotelli também devem ser feitas sob a luz da discussão jurídica, como observa o professor Fábio Corrêa Souza de Oliveira, da Faculdade de Direito. "Espera-se de todo agente público compromisso com os princípios constitucionais da Administração Pública, como o princípio da moralidade administrativa, da boa-fé, da lealdade, o que traduz o cumprimento da legalidade, do dever de honestidade, de veracidade", afirma. Nesse tripé, as violações de Decotelli estão longe de serem exclusivas na gestão Bolsonaro.

CASO DECOTELLI DIVIDE OPINIÕES SOBRE INFLUÊNCIA RACISTA

Ex-ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli foi defenestrado pelo governo Bolsonaro e pela sociedade. As mentiras no Lattes foram de mais para um quadro que se supunha altamente técnico e qualificado para gerir uma das áreas mais importantes do Executivo. Outros ministros do mesmo governo e até o atual governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, também se utilizaram de mentiras curriculares que foram desmascaradas, ainda assim, continuaram em seus cargos. Teria o ex-ministro caído do cargo por racismo? O debate tomou as redes e a academia. E

dividiu opiniões. Vice-diretor do Instituto de Física da UFRJ e militante do movimento negro, o professor Antonio Carlos Fontes dos Santos acredita que o racismo pode ser um elemento que ajuda a entender a repercussão do caso. "Ele mentiu. Cometeteu um erro grave para a academia. Algo inadmissível, que pode desmoralizar toda a trajetória de uma pessoa. Mas tenho a impressão de que há maior repercussão no caso dele do que no de (Ricardo) Salles e Damares (Alves). Tanto que eles permanecem nos cargos", avalia. Ele lembrou o caso da profes-

sora de Química, Joana D'Arc Féliz de Sousa, que também mentiu no Lattes sobre um pós-doutorado em Harvard que nunca foi realizado. "A repercussão também foi desproporcional em relação a outras pessoas brancas pegadas em fraudes curriculares". O docente pondera que a posição que ocupava, de ministro da Educação, foi um ponto fundamental para o escândalo. Mas vê vestígios de racismo estrutural também na construção deste argumento. "Negros em posição de destaque causam estranheza e até incômodo e isso também contribuiu para

toda esta repercussão". A professora Cristina Rego Monteiro, da Escola de Comunicação, concorda que quando uma pessoa negra comete uma infração tende a incidir sobre ela uma penalidade – seja de que natureza for – maior do que com outras pessoas. O caso Decotelli não se explica, segundo ela, apenas por um aspecto. "Ele foi vítima da própria imprudência, por um lado. Por outro, existe um racismo estrutural. O debate gira em em torno da qualidade de formação e da palavra em relação a todos. Esta sociedade está num contexto de análise suficientemente clara

para impor este julgamento?", questiona. Ex-ministro da Educação, o professor de Filosofia da USP, Renato Janine Ribeiro considera que Decotelli não teria qualquer condição de comandar a pasta. "Precisava escolher alguém com um currículo tão furado? Qual seria o respeito que a Capes, que a pós-graduação teriam por ele? Sem esquecer, claro, que ministros de outras pastas também já afirmaram ter títulos de mestrado ou doutorado que não existem. O descaso desse governo pela educação é enorme", publicou em uma rede social. (Silvana Sá)

FGV precariza trabalho docente

> Fundação “lavou as mãos” no caso Decotelli. Ex-ministro trabalhou 17 anos na instituição. AdUFRJ denuncia precarização dos contratos de professores

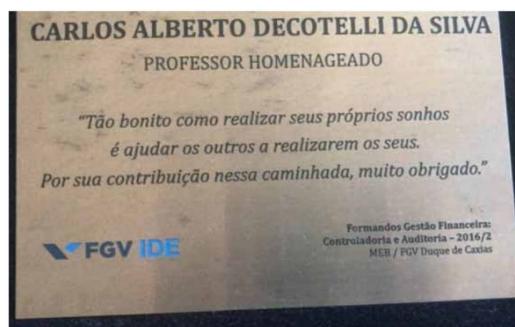
LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

As informações falsas no currículo de Carlos Alberto Decotelli não sobreviveram ao escrutínio público. Mas se os dados acadêmicos sobre o doutorado e o pós-doutorado eram falsos, sua experiência de 17 anos como professor da Fundação Getúlio Vargas era verdadeira – ao que parece. Mesmo assim, a instituição que até ali jamais havia questionado ou checado os dados do docente, procurou rapidamente afastar sua imagem institucional do vínculo com o professor. Em nota, alegou que ele não era do quadro e que “apenas” prestava serviço como pessoa jurídica. A postura da FGV abre uma discussão sobre a precarização do trabalho do docente, que foi facilmente descartado depois de

quase duas décadas de trabalho na fundação.

“O que a FGV fez foi realmente perverso”, disse Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ. “Não faz diferença se ele era ou não do quadro, o fato é que ele ministrou cursos e exerceu o cargo de professor. Isso deve servir de alerta para todos nós, os vínculos precários nos transformam em peças descartáveis com muita facilidade” explicou.

Eleonora ainda alertou sobre como a situação é exemplar dentro do contexto do atual governo. “O concurso público para professor universitário é muito rigoroso na hora de analisar os currículos dos candidatos. O que o Future-se propõe é que as contratações sejam “facilitadas” através de contratos via OS, explicou. “O projeto do governo para as universidades é submetê-las cada vez mais à lógica de mercado. Um pequeno núcleo de professores com



HOMENAGEM Decotelli foi laureado por formandos do MBA



PLACA dada pela FGV

extensa carreira acadêmica, e uma maioria de docentes com

contratos e condições de trabalho precários. O efeito disso é a instituição ficar com as mãos livres para descartar assim que isso for conveniente”, disse a docente.

ENTENDA O CASO

No começo da semana, depois da revelação de que o então nomeado ministro da Educação

não tinha completado o doutorado (sua tese foi reprovada pela banca, conforme noticiou com exclusividade o Jornal da AdUFRJ) a Fundação Getúlio Vargas manifestou-se dizendo que Decotelli “atuou apenas nos cursos de educação continuada, nos programas de formação de executivos e não como professor de qualquer das escolas da fundação. Da mesma forma, não foi pesquisador da FGV, tampouco teve pesquisa financiada pela instituição”.

Após a publicação da nota da FGV Decotelli pediu demissão do ministério da Educação. O professor decidiu então tornar públicos os prêmios recebidos pela FGV em reconhecimento ao seu trabalho como docente da instituição. Para outros veículos Decotelli declarou que a nota da FGV “destruiu sua carreira no MEC”.

Ontem, quinta-feira, a FGV mudou de tom ao falar do professor. Segundo a instituição, dizendo que “a afirmação de que não era professor das escolas FGV se trata de simples rigor técnico”, e explicando que Decotelli era professor que lecionava apenas nos cursos de educação continuada, e “não lecionava em turmas de graduação e pós-graduação stricto sensu, o que não reduz, em absoluto, a importância de tais cursos de educação continuada”.

Procurada pela reportagem, a FGV não respondeu às perguntas feitas pelo Jornal da AdUFRJ até o fechamento desta edição.

DEBATE | IMPACTO DA COVID-19 PARA A ECONOMIA BRASILEIRA | ESTHER DWECK E MARTA CASTILHO

NÃO HÁ CENÁRIO OTIMISTA PARA A ECONOMIA

KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

No fim de abril, o Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da UFRJ simulou três cenários de retração do Produto Interno Bruto do país, em função da pandemia. No “otimista”, era estimada uma queda de 3,1%; no de “referência”, 6,4%; e, no pessimista, até 11%. Passados dois meses e muitos erros do governo, as previsões mais sombrias começam a se confirmar.

“Percebemos que o primeiro cenário, o mais ‘otimista’, já deixou de ser possível para o Brasil”, afirmou a professora Esther Dweck, coordenadora do grupo, em um webinar promovido no último dia 29. A docente mostrou números de queda da demanda nos setores produtivos. Situação que ocorreu com mais intensidade nas atividades de serviço, comércio e na indústria de transformação. “Desde o início do nosso trabalho, enquanto muito se falava dos setores de serviço e turismo, por conta do isolamento social, vimos que a indústria, proporcionalmente, seria até mais afetada”, disse, no evento promovido pelo Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (NEIT-Unicamp) e a Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação (ABEIN).

“Era hora de aprender com este problema da dependência externa. A gente perdeu o momento de forçar uma reconversão rápida da nossa indústria para atender às demandas de equipamentos médicos”, completou a professora Marta Castilho, também do Instituto de Economia, que dividiu a apresentação do estudo. Segundo a professora, havia a



ESTHER DWECK

oportunidade. Mas a mudança nunca foi prioridade da equipe econômica liderada por Paulo Guedes. “O maior problema é que este governo não tem nenhum apego por esse tipo de estratégia”, observou. “Nos falta um timoneiro”.

As mais de 120 pessoas que acom-



MARTA CASTILHO

panharam o seminário virtual ouviram ainda que a falta de investimento do governo na Indústria nacional se reflete também nas relações econômicas externas e repete um comportamento de crises anteriores. “No pós-2008, a China ganhou muita importância como destino

das nossas exportações, e agora, nesses primeiros cinco meses de 2020, vemos também um salto”, pontuou Marta. “E analisarmos todas as commodities e minérios do Brasil exportados para a China, são 26% das exportações totais brasileiras. Primeiro país afetado pela crise, a China já teve uma recuperação maior”.

As docentes demonstraram que o contexto brasileiro atual de exportações está dentro das estimativas otimistas do estudo. Só que os números não implicam em um horizonte esperançoso para o país. “As exportações estão longe de representar, e ter um peso importante, na economia brasileira”, destacou Marta. De forma geral, o Brasil de hoje se aproxima mais do cenário pessimista da análise, que, desde abril, chama atenção para a necessidade de medidas que atenuem os efeitos sociais e econômicos da pandemia.

HOMENAGEM

Ao fim do evento, as professoras prestaram uma homenagem ao economista David Kupfer, ex-diretor do Instituto de Economia e um dos maiores estudiosos da indústria brasileira. David faleceu em fevereiro, aos 63 anos.

ADUFRJ NA QUARENTENA



CONSELHO DE REPRESENTANTES

ADUFRJ VAI DEFENDER DIREITOS DOS DOCENTES NO ENSINO VIRTUAL

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Horas a fio em frente a uma tela de computador, gastos extras em casa e uma inesperada exposição via internet. A diretoria da AdUFRJ prepara um documento sobre o trabalho remoto docente, uma situação que deve piorar com a retomada institucional das aulas na graduação. O objetivo é discutir um conjunto de medidas para preservar os direitos dos docentes. “Estamos investindo nosso dinheiro nas condições técnicas para dar aula”, afirma a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “São gastos com luz, internet e equipamentos”.

O sindicato também vai reivindicar da instituição o suporte tecnológico para utilização dos programas necessários às atividades didáticas. “Uma grande parte dos professores não está habituado nem pratica o ensino a distância”, completa. Outra preocupação é com a saúde dos docentes no ambiente doméstico, onde uma simples cadeira inadequada pode causar enormes danos à coluna. “Além

de problemas com lesão por esforço repetitivo e visão, por exemplo. O professor não pode ultrapassar uma determinada carga de horas por dia em frente a uma tela”, observa Eleonora.

Um ponto polêmico será a gravação das aulas. Especialistas em educação a distância recomendam o recurso para favorecer a inclusão dos estudantes, que podem não conseguir uma conexão estável no momento de uma atividade em tempo real. Mas, ao mesmo tempo, a medida pode também colocar em risco os professores. “Vamos solicitar da universidade protocolos para atuar”. Eleonora acentua ainda a diferença entre se relacionar com os alunos em tempo real e a preparação de uma aula gravada. “Precisamos ter noções de gravação, de edição. É muito mais complicada”.

A AdUFRJ também pretende ouvir professores de diferentes áreas do conhecimento para identificar os problemas específicos de cada curso diante do ensino remoto. Está sendo avaliada a realização de uma plenária virtual no dia 13. No dia 16, uma reunião do Conselho de Representantes, com a presença de represen-

tantes do DCE e da Associação de Pós-graduandos, avalia os resultados da discussão.

CONSELHO DE REPRESENTANTES

A reunião do Conselho de Representantes da AdUFRJ na segunda-feira, dia 29, mostrou como o tema do ensino remoto é polêmico. João Torres, do Instituto de Física, registrou que a palavra-chave do momento é “emergência”. “Não será de excelente qualidade, mas temos de fazer o ensino remoto”. João observou que o papel do sindicato é representar de forma fiel os professores. E, de acordo com uma pesquisa feita pela reitoria e divulgada no Jornal da AdUFRJ, eles já se manifestaram, em sua maioria, a favor do ensino a distância. Rodrigo Volcan, do Instituto de Química, manifestou que os problemas do trabalho docente são muito agravados durante a pandemia e cobrou mais discussão na universidade sobre o ensino remoto. “Como vamos dar aulas práticas? Meu departamento só tem uma disciplina que é teórica. As demais são teórico-experimentais. Precisamos amadurecer mais este debate”, disse.

Diretor da AdUFRJ, o professor Felipe Rosa tratou da inclusão dos estudantes no ensino remoto. “Temos que incluir todos, mas pouco se fala sobre os que estão sendo excluídos agora. Eu já perdi alunos do curso. Devemos estar perdendo dezenas de alunos todas as semanas. Se a gente ficar seis meses sem nenhuma atividade didática, essa conta vai chegar aos milhares”, disse.

RETOMADA GRADUAL

A reunião contou com a presença do pró-reitor de Planejamento da UFRJ, Eduardo Raupp. O professor, que coordena o GT pós-pandemia da universidade, foi convidado pela diretoria da AdUFRJ para explicar as cinco fases de retomada gradual das atividades e os respectivos condicionantes, conforme já antecipado pelo Jornal da AdUFRJ. “Queremos identificar demandas. Quais serão os desafios de um retorno? Como organizar isso?”, disse. O dirigente deixou claro que uma ampliação das atividades presenciais depende de uma combinação de requisitos institucionais e requisitos epidemiológicos. Ou seja, não basta

deze ocorra uma diminuição dos índices de contaminação pelo novo coronavírus, no estado. A universidade precisa oferecer as condições mínimas para o retorno. E vice-versa. “As datas são prognósticos. Indicamos prazos bem longos”, observou, em referência à previsão de início gradual de aulas presenciais na graduação e na pós-graduação com rodízio e ensino híbrido, entre outubro e dezembro. “O mais importante são os requisitos”, enfatizou. Questionado sobre o que a administração pensa em relação ao retorno das atividades do Colégio de Aplicação, Raupp disse que haverá um encontro específico do grupo de trabalho para avaliar o assunto. “Em qualquer unidade, a prioridade é assegurar a saúde. Não vamos fazer nada acodado”, respondeu.

Os conselheiros também manifestaram preocupação com a capacidade orçamentária da UFRJ de dar conta das novas demandas tecnológicas e de adaptação da infraestrutura, diante dos cortes governamentais dos últimos anos. O pró-reitor informou que há possibilidade de uso da verba do Plano Nacional de Assistência Estudantil e de uma pequena margem do orçamento discricionário. “Mas não resolvemos esses problemas sem políticas públicas. Uma universidade não dá conta disso sozinha”, disse. Dois dias depois, finalmente o MEC anunciou alguma forma de apoio às universidades (leia mais na página 4).

CINEADUFRJ

ATAQUE VIRTUAL AO CINEADUFRJ

O CineAdUFRJ sofreu um ataque virtual, na noite de quarta-feira, 1º de julho, enquanto discutia o “Protagonismo Negro no Cinema”. Com câmeras e microfones ligados, pelo menos dois homens brancos usando óculos escuros interromperam a fala de uma das convidadas do debate com ruidos, risadas e frases em inglês. Não foi possível distinguir o que diziam. Em seguida, um terceiro homem, também em inglês, se apresentou como funcionário do aplicativo Zoom, desta vez apenas por áudio e no chat. Disse que soube de algum problema e queria ajudar. Toda a ação durou menos de três minutos.

Em virtude dos possíveis riscos gerados pela invasão, os orga-



nizadores optaram por retomar a conversa em uma nova sala. “Uma invasão dessas, justo em uma reunião tratando deste tema, mais parece uma tentativa de silenciamento”, criticou Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ, que participou do encontro. Na reunião do Conselho de Representantes da UFRJ na manhã desta quinta, a professora voltou a tratar do assunto. “Me parece um sintoma bastante doloroso da violência do nosso racismo estrutural”, disse.

A equipe do CineAdUFRJ já deixou claro que o ataque não vai calar o debate sobre Racismo e Democracia, que ocupará as duas próximas edições do cineclubes. (Kim Queiroz)

SEXTOU

ENCONTRO TEVE MAIOR PÚBLICO

Mais de 50 pessoas acompanharam o Tamo Junto do dia 26, que discutiu o ensino remoto. Foi o maior público do encontro virtual promovido pela AdUFRJ todas as sextas-feiras, sempre com um tema ou convidado diferente. Naquela edição, a atividade recebeu o professor Bruno Souza de Paula, coordenador do Núcleo de Ensino a Distância da Pró-reitoria de Graduação. Bruno tirou dúvidas dos colegas sobre o semestre especial aprovado pelo CEG, com oferta de aulas a distância, a partir de 10 de agosto.

REUNIÕES VIRTUAIS

100 PROFESSORES USARAM CONTA DAADUFRJ NO ZOOM

O distanciamento social imposto pela pandemia gerou novas dinâmicas e necessidades no dia a dia dos docentes. As diversas reuniões realizadas no cotidiano da universidade, do dia para a noite, tiveram de ser transferidas para o ambiente virtual. Ao mesmo tempo em que os docentes tiveram de se adaptar a essa nova realidade, foi necessário ter acesso a ferramentas para viabilizar os encontros. Foi com essa preocupação que a AdUFRJ adquiriu uma conta no aplicativo Zoom, de videoconferência, e criou um serviço de agendamento que atende aos filiados do sindicato. O aplicativo disponibiliza uma versão gratuita, na qual é possível realizar reuniões de até 40 minutos. A conta só é neces-

sária para atividades mais longas. Desde que foi criado, no final de março, o serviço já recebeu mais de 300 pedidos de agendamento, de 100 diferentes professores. Ao todo, cerca de 200 reuniões foram realizadas. Para conseguir o Zoom da associação docente, é preciso preencher um formulário com os dados da reunião que será realizada. Mas, antes, é necessário conferir a disponibilidade no calendário. O formulário pode ser acessado em bit.ly/agendamentozoom. No próprio formulário, há um link para consultar o calendário. O pedido deve ser feito com no mínimo 48 horas de antecedência. A confirmação chega no número de WhatsApp informado.

CEG aprova calendário para começo das aulas remotas

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

O Conselho de Ensino de Graduação aprovou esta semana o calendário do chamado período letivo excepcional, quando serão realizadas aulas remotas. Na proposta aprovada o período de aulas vai de 10 de agosto a 31 de outubro. De 17 a 25 de julho, haverá a abertura de turmas e a inscrição direta dos concluintes, realizada pelos coordenadores. O período de inscrição de disciplinas será de 27 de julho a seis de agosto. O calendário agora precisa ser aprovado pelo Consuni.

A proposta original, formulada pelo GT CEG PR-1, propunha o

começo das aulas em 3 de agosto. Mas por decisão do colegiado a data foi alterada para dia 10. A mudança foi proposta pelos representantes dos estudantes para garantir tempo para os alunos receberem os chips com plano de dados que serão entregues pela universidade. A PR-7 já publicou o edital dos chips, e espera fazer a entrega antes do começo da inscrição de disciplinas no período letivo excepcional.

De acordo com PR-1, enquanto durar o semestre excepcional, o período de inscrição de disciplinas será de 27 de julho a seis de agosto. O calendário agora precisa ser aprovado pelo Consuni.

A reunião contou com a pre-

CALENDÁRIO

10/08 A 31/10/ 2020
(12 semanas letivas)

17 A 25/07
abertura de turmas e inscrição direta dos concluintes – realizada pelos coordenadores

27/07 A 6/08
inscrição em disciplinas no SIGA

10 A 22/08
período de alteração

10/08 A 31/10
período de trancamento

1 A 14/11
lançamento de notas

sença de Ricardo Storino, gerente do SIGA, que foi ao conselho explicar como vai funcionar o período letivo excepcional no sistema. “Nós vamos criar um período fora do período regular. Um período totalmente estagnado e dentro da normalidade das ações do período”, explicou Storino. “Precisaremos fazer alterações significativas, uma vez que o período terá algumas características que não estão previstas nas regras normais. Por exemplo, permitir que o aluno faça o trancamento a qualquer momento, possibilitar que nenhum bolsista seja prejudicado por não participar. É importante frisar que nenhum aluno vai ser prejudicado”, garantiu.

Outro diferencial do período

excepcional é a primeira fase de inscrição de disciplinas. Os alunos concluintes vão ser inscritos diretamente pelas suas coordenações nas disciplinas, garantindo assim que eles tenham prioridades nas vagas. Depois vai ser aberto um período de inscrição para os demais alunos. O trancamento vai ser feito durante todo o período.

Quando acabar o período letivo excepcional, a PR-1 e o SIGA vão avaliar se 2020.1 será retomado e quais ajustes serão necessários para isso. A retomada depende das condições sanitárias da cidade e do país – a posição da reitoria é só voltar às atividades presenciais com o desenvolvimento de uma vacina ou de um tratamento eficaz para a covid-19.

CONSUNI DISCUTIU REIVINDICAÇÕES DOS ALUNOS

Exatamente um ano depois de tomar posse, a reitora Denise Carvalho presidiu uma das mais desafiadoras sessões do Conselho Universitário de seu mandato, na quinta-feira (2). A sessão extraordinária enfrentou o principal dilema democrático para a universidade diante da pandemia coronavírus: as condições para um ensino remoto emergencial sem exclusão social. Os estudantes sistematizaram uma pauta de garantias mínimas. E a agenda mobilizou grande parte das mais de quarenta intervenções dos conselheiros. O acordo com os discentes é um passo decisivo para a costura de um pacto interno bem sucedido. A reitoria prometeu incorporar, ao máximo, os pontos levantados. A decisão final sobre o retorno das atividades está prevista para o Consuni da quinta-feira, dia 9.

A inclusão digital, com oferta de bolsas, chips de internet, modems e aparelhos eletrônicos – inclusive para a educação especial – encabeça a lista de

demandas estudantis. Assim como a abertura de edital para auxílio emergencial. Mas eles também pedem atenção especial para os formandos. E querem que a administração central promova uma campanha de sensibilização dos docentes para a oferta de aulas gravadas. “Entendemos o argumento da liberdade de cátedra, mas nem todo aluno conseguirá estar online durante a aula. Estamos falando de um regime de excepcionalidade, precisamos ter acesso ao conteúdo”, argumentou a aluna Dahra Vasconcelos, em favor dos conteúdos assíncronos.

A recomendação de que os docentes ofertem aulas gravadas estará em um guia preparado pela administração. “A resolução do CEG já fala em ‘preferencialmente’ aulas gravadas. Somos favoráveis à demanda. Colocaremos no guia que estamos finalizando e podemos fazer uma campanha de divulgação”, disse o vice-reitor, professor Carlos Frederico Rocha.



“Os estudantes pais e mães, que antes deixavam seus filhos na escola ou creche, estão tendo que cuidar dos filhos”

JULIANA PAIVA
Estudante

A representação estudantil bateu firme na tecla da proteção à diversidade. “A gente tem uma complexidade muito grande de condições de vida. São diversos os fatores que podem fazer uma pessoa não cumprir o horário das aulas síncronas. Nesse momento, a pandemia bagunça completamente a nossa rotina”, advertiu a estudante Juliana Paiva. “Os estudantes pais e mães, que antes deixavam seus filhos na escola ou creche, estão tendo que cuidar dos filhos”, exem-

plificou. “Não deixar ninguém pra trás é também combater o racismo”, observou ainda o conselheiro João Pedro, enfatizando a maior vulnerabilidade de alunos negros e negras da universidade.

A preocupação dos estudantes com os concluintes tanto de 2020.1 como de 2020.2 foi compartilhada também por docentes. Roberto Medronho, professor da Faculdade de Medicina, interpelou por definições para as etapas finais e necessariamente presenciais do curso. Enquanto o decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Flávio Martins, sugeriu que o período especial fosse dedicado exclusivamente aos concluintes, como um projeto piloto. “Poderíamos aplicar o calendário primeiro para os concluintes, para experimentar, já que não sabemos bem como vai funcionar”, propôs.

A AdUFRJ acompanhou de perto a discussão. Eleonora Ziller, presidente da entidade, destacou a importância da “força, unidade interna e con-

sistência política” da universidade em um cenário político de ameaças democráticas “nas mais diferentes formas”. Como exemplo, ela lembrou o quadro de intervenção na Universidade Federal do Ceará.

Sobre a transição para as atividades emergenciais remotas, a presidente da AdUFRJ avaliou que embora a insatisfação com as resoluções aprovadas nos Conselhos da universidade seja “generalizada entre os professores”, elas também refletem “um momento muito difícil, de perdas individuais e institucionais”. “Há uma consciência de que será um momento de muitas dificuldades, não só de adaptação e de realização, mas também de garantia de padrão da excelência pela qual sempre lutamos para preservar”, disse. Eleonora defendeu ainda o caráter facultativo do regime de remoto: “A suspensão de 2020.1 é o único caminho, um período especial não obrigatório, que não prejudique nem docentes nem discentes”. (Elisa Monteiro)

ORGULHO DE SER HOSPITAL UNIVERSITÁRIO



Meu ofício é o fotojornalismo. Devo estar onde a notícia ocorre, mas, em 19 de junho, experimentei sentimentos contraditórios ao ser recebido no CTI do Hospital Universitário Clementino Fraga. O fotojornalista, como profissional, estava “feliz” de ter conseguido acesso ao local para registrar algo tão importante, apesar de triste. O Fernando, cidadão, ficava preocupado por ter decidido conhecer o olho do furacão, questionando a real necessi-

dade de estar ali, em plena pandemia. O fotógrafo acabou entrando, como podem ver. Resumo em três palavras o que vi: atenção, cuidado e carinho.

Acredito que as três virtudes não eram ausentes do espírito coletivo dos profissionais de saúde de qualquer CTI, em qualquer outra época. Mas creio que elas se intensificaram em meio à pandemia. Lá dentro, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, técnicos e outros profissionais indo de leito em leito, em movimento constante, para atender às demandas de cada paciente. Palavras de conforto

e conversas doces com pacientes mais fragilizados, mas conscientes; brincadeiras e palavras de ânimo para aqueles que já estavam quase de alta, durante uma fisioterapia.

Cheguei ali com dúvidas, saí com uma certeza: o mérito de uma profissão está além do essencial, do trivial, do procedimento, do padrão. Está na dedicação, no amor pelo que se faz, e no que acha que deve ser feito, independentemente da exaustão e dos riscos, sempre calculados. Obrigado ao HU e seus profissionais pelo trabalho intenso e lição de vida.



NÚMEROS QUE HONRAM

De 31 de março* até a manhã do dia 2 de julho

399
casos internados

TEMPO MÉDIO DE INTERNAÇÃO

10,4
dias

42
continuam hospitalizados

239
altas

171
confirmados com Covid e recuperados

54
ainda como suspeitos

14
descartados como infectados com o vírus

118
óbitos

82
confirmados

33
suspeitos

3
descartados

3
descartados

PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO HU

Números até 31 de maio.

1434
testados no Laboratório de Virologia Molecular

494
positivos

11
internados no HU

2
óbitos

LEITOS PARA TRATAMENTO DE COVID

60
leitos de Terapia Intensiva, totalmente equipados

98
leitos de enfermaria

NOTA

AO MESTRE LESSA, COM CARINHO E ADMIRAÇÃO

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Ex-reitor Carlos Lessa recebeu uma emocionante homenagem póstuma da UFRJ no dia 30, quando completaria 84 anos. Amigos, ex-alunos, admiradores e o filho Rodrigo Lessa se reuniram virtualmente para compartilhar histórias do economista apaixonado pelo Brasil que nos deixou em 5 de junho.

A reitora Denise Pires de Carvalho destacou o fato de Lessa ter sido o nome escolhido para comandar a recuperação institucional da UFRJ após a intervenção do MEC, de 1998 a 2002. “Ele foi o nome de consenso. Pra quem conhece e vive a universidade há muito tempo, não é nada fácil ser o nome de consenso”.

Amiga de décadas do homenageado, a professora emérita Maria da Conceição Tavares, de

90 anos, gravou um depoimento para o encontro: “Foi um grande brasileiro. Em todos os lugares onde passou, deixou sua marca”, disse.

Ex-ministro das Relações Exteriores de 2003 a 2011, Celso Amorim contou que Lessa foi o professor que mais o impressionou no Instituto Rio Branco, de formação de diplomatas: “Lembro que ele falava com muita paixão do investimento, da necessi-

dade de investir e ele falava isso dando murro no quadro-negro”, afirmou.

O filho Rodrigo Lessa precisou conter a emoção após terminar uma frase que resumia o pensamento desenvolvimentista do grande mestre: “Defender a nação brasileira era, para ele, defender nosso parque industrial”. Ouvidora-geral da universidade e mediadora do encontro, Cristina Riche anunciou a



LESSA: presente, sempre ideia de plantar uma árvore em homenagem ao professor, no campus da Praia Vermelha.